

A DECISÃO NA DEMOCRACIA: COMO *FAHRENHEIT 451* CONTRIBUI PARA REFLEXÕES SOBRE ESCOLHAS DEMOCRÁTICAS

THE DECISION IN DEMOCRACY: HOW *FAHRENHEIT 451* CONTRIBUTES TO REFLECTIONS ON DEMOCRATIC CHOICES

Ana Paula Barbosa-Fohrmann ¹

Carina Martin de Aguiar ²

RESUMO: Ao analisar sistemas democráticos, é provável se deparar com o problema da validade ou justiça de certa decisão coletiva. Atualmente, essa questão ganha um novo peso ao considerar o contexto social, principalmente nas culturas ocidentais, em que a questão das *fake news* está em evidência. Logo, a partir da questão: toda decisão majoritária deve ser acatada? Procura-se investigar, com o referencial teórico de *Post-truth, fake news and democracy*, de Johan Farkas e Jannick Schou, os critérios de tomada de decisão em uma democracia. Tal análise se desenvolverá a partir de reflexões sobre a obra da literatura *Fahrenheit 451*, que possibilita um olhar crítico para o mundo atual e para acontecimentos passados. Será feita uma comparação entre o mundo ficcional desenvolvido por Ray Bradbury, os problemas enfrentados na contemporaneidade e a crise da democracia ateniense à época da Guerra do Peloponeso. Nesse sentido, serão utilizados apontamentos de Martha Nussbaum em *Justicia poética: la imaginación literaria y la vida pública*, como referencial teórico nos estudos de Direito e Literatura, de modo que em tal análise pretende-se mostrar como a imaginação literária é fundamental à justiça e, consequentemente, à democracia.

PALAVRAS-CHAVE: democracia; *fake news*; decisão coletiva; imaginação literária.

ABSTRACT: When analyzing democratic systems, one is likely to run into the problem of the validity or fairness of a certain collective decision. Currently, this issue gains new importance when considering the social context, especially in Western cultures, where the issue of fake news is in evidence. Therefore, from the question: should every majority decision be accepted? This paper seeks to explore, with the theoretical framework of *Post-truth, fake news and democracy*, by Johan Farkas and Jannick Schou, the decision-making criteria in a democracy. Such analysis will be developed from reflections on the work of literature *Fahrenheit 451*, which allows a critical look at the current world and past events. A comparison will be made between the fictional world developed by Ray Bradbury, the problems faced in contemporary times and the crisis of Athenian democracy at the time of the Peloponnesian War. In this sense, Martha Nussbaum's observations in *Justicia poética: la imaginación literaria y la vida pública*, will be used as a theoretical reference in the studies of Law and Literature, so that in such analysis it is intended to show how the literary imagination is fundamental to the justice and, consequently, to the democracy.

KEYWORDS: democracy; fake news; collective decision; literary imagination.

¹Ana Paula Barbosa-Fohrmann: Doutora e Pós-doutora na área de Direito do Estado, Teoria Constitucional e Filosofia do Direito pela Ruprecht-Karls Universität Heidelberg. Professora Adjunta de Teoria do Direito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Programa de Pós-graduação em Direito, na linha de pesquisa de Sociedade, Direitos Humanos e Arte da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Reside na cidade do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4012995260619181>. E-mail: anapbarbosa@direito.ufrj.br.

²Carina Martin de Aguiar: Graduanda na Faculdade Nacional de Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Reside na cidade do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2137049744974922>. E-mail: carinamaguiar@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Toda decisão majoritária deve ser acatada? O que é aceito necessariamente é a escolha mais sábia a seguir? Essas são questões importantes para se levantar na análise de uma democracia, principalmente quando se percebe que a perda de critérios na tomada de decisões está resultando em uma confusão entre o que é realmente verdadeiro e o que não é. As *fake news* e a questão da desinformação são problemas enfrentados na atualidade e também estavam presentes na democracia ateniense à época da Guerra do Peloponeso e no mundo, talvez não tão fictício, criado por Ray Bradbury em *Fahrenheit 451*.

A partir da obra literária é possível iniciar reflexões sobre a definição de decisões democráticas. Assim, neste artigo, pretende-se investigar questões relacionadas à validade ou justiça de decisões coletivas, estabelecendo uma comparação entre as inquietações contemporâneas concernentes a *fake news*, o mundo ficcional desenvolvido por Bradbury e a crise da democracia ateniense à época da Guerra do Peloponeso. Tal análise será feita com o referencial teórico de *Post-truth, fake news and democracy* (2020), de Johan Farkas e Jannick Schou e serão utilizados apontamentos de Martha Nussbaum em *Justicia poética: la imaginación literaria y la vida pública* (1997), como referência nos estudos de Direito e Literatura.

Primeiramente, existem diferentes caminhos possíveis para responder à pergunta sobre qual é o melhor critério para avaliar uma escolha tomada coletivamente, para o que deve servir como guia das decisões da sociedade de maneira que a beneficie. De acordo com Maria Pessoa Porto em sua obra *Platão: amor ou condenação à democracia ateniense* (2010), Platão definiu como critério ideal das deliberações públicas a sabedoria, defendendo uma Aristocracia do Saber. Dessa forma, uma decisão coletiva não poderia ser baseada em mera opinião, mas em conhecimento fundamentado para que, assim, fosse considerada uma boa escolha.

Maria Pessoa Porto explica como o filósofo foi quem melhor apontou os enganos da política grega sobre a democracia. Seguindo o critério ideal estabelecido por Platão, um modelo de democracia direto, que era o adotado por Atenas à época da Guerra do Peloponeso, que considera a opinião da maioria por meio de decisões majoritárias, pode não ser o mais adequado, pois tais decisões nem sempre seriam as mais consistentes para sobrevivência da comunidade política. Assim, é possível associar a crítica do filósofo ao modelo de democracia de Atenas à sua posterior derrota no conflito.

Portanto, a resposta dada por Platão à pergunta sobre o melhor critério norteador das decisões coletivas foi uma Aristocracia do Saber. Porém, podemos também encontrar respostas dentro de um modelo democrático. Atualmente, a maior parte dos Estados ocidentais vive em um modelo de democracia indireta, em que decisões coletivas continuam sendo feitas, mas em relação à escolha de representantes políticos. Nesse contexto, as escolhas feitas pela sociedade, diante do recente destaque da questão das *fake news*, vem sendo questionadas a partir do critério da veracidade e da racionalidade.

Johan Farkas e Jannick Schou destacam a seguinte fala do presidente francês Emmanuel Macron, em discurso ao Congresso dos Estados Unidos em abril de 2018, como representativa de um pensamento cada vez mais comum em relação ao critério determinante para definir uma escolha democrática.

Temos que lutar contra o vírus crescente das *fake news*, que expõe nosso povo a um medo irracional e a riscos imaginários... Sem razão, sem verdade, não há democracia real, porque a democracia é sobre escolhas verdadeiras e decisões racionais. A corrupção da informação é uma tentativa de corroer o próprio espírito de nossas democracias. (Farkas e Schou, 2020, p. 1, tradução nossa)

A partir desse trecho, é possível compreender a tendência atual de se questionar decisões tomadas coletivamente pela desconfiança de terem sido feitas sob a influência de *fake news*, sendo a correspondência à verdade o critério que ganha evidência como o fator essencial para caracterizar uma escolha democrática. Além do critério da veracidade, a retomada de uma supremacia da racionalidade vem sendo apresentada como uma outra solução comum para o grande problema da desinformação que afeta a deliberação pública.

Assim sendo, a proposta deste trabalho é investigar se a sabedoria, a verdade ou a racionalidade são realmente os melhores critérios para orientar uma decisão democrática que seja justa e benéfica à sociedade. Tal objetivo será buscado através da análise da obra da literatura *Fahrenheit 451* e observações sobre o momento histórico da queda da democracia ateniense e sua derrota na Guerra do Peloponeso para, assim, observar o que tais reflexões têm a nos ensinar sobre o tempo presente.

2. ANÁLISE DE *FAHRENHEIT 451*

No livro *Fahrenheit 451*, escrito em 1953 por Ray Bradbury, acompanhamos a trajetória do bombeiro Montag em um mundo em que bombeiros são responsáveis pela queima de livros em nome da manutenção da felicidade da população. Nesse cenário, a mensagem transmitida pelo governo é de que livros e o efeito que eles provocam nas pessoas são algo perigoso, que pode perturbar a harmonia da sociedade, de modo que o pensamento crítico é desencorajado. Ressalta-se que a maioria da população apoia tal governo e não se importa com a política de queima de livros, ou seja, as pessoas se acomodaram em viver sem refletir sobre suas decisões e estavam satisfeitas com isso, como é possível perceber no seguinte trecho:

Lembre-se, os bombeiros raramente são necessários. O próprio público deixou de ler por decisão própria. Vocês, bombeiros, de vez em quando garantem um circo em volta do qual multidões se juntam para ver a bela chama de prédios incendiados, mas, na verdade, é um espetáculo secundário, e dificilmente necessário para manter a ordem. São muito poucos os que ainda querem ser rebeldes. (Bradbury, 2012, p. 112 e 113)

Dessa maneira, é possível notar que havia apoio popular na política de queima de livros, sendo poucos os que ainda desejavam se rebelar. Então, de certa forma, pode-se dizer que no cenário de *Fahrenheit 451* queimar livros era apoiado por uma decisão majoritária. A questão que se levanta a partir desse apontamento é: mesmo sendo algo coletivamente aprovado, seria uma escolha democrática?

Para analisar tal questão, inicialmente, destaca-se o fato de a sociedade criada por Bradbury apresentar a maioria de sua população como indiferente ou apoiadora da política de queima de livros. Nesse contexto, as narrativas insurgentes eram raras e um motivo possível para tanto seria que as vozes discordantes foram por muito tempo silenciadas ou queimadas, em meio a um governo totalitário em que não há realmente liberdade.

Caso não haja liberdade para cada indivíduo expressar as causas que lhe são importantes, não há pluralidade de ideias e a pluralidade é condição para existência de debates. Afinal, caso todos tenham a mesma opinião, não há o que se discutir. Porém, o consenso encontrado no mundo de *Fahrenheit 451* era ilusório, pois o livro deixa claro como as pessoas são mais facilmente manipuladas quando não são apresentadas a diferentes vozes, e o engano está em supor que não existem necessidades diferentes que as suas próprias e que não existem minorias que sofrem ou vozes que estão sendo silenciadas.

Bradbury nos apresenta uma sociedade em que as pessoas acreditavam que a justiça estava sendo feita por todos aparentarem estar muito satisfeitos em seguir uma vida

padronizada, sem conflitos ou preocupações. Esse engano era reforçado pela ideia de que seria trabalhoso atender às diferenças, logo, a conclusão mais evidente ou racional seria de que é melhor apagá-las ou queimá-las.

Os livros representam essas vozes diferentes, eles nos apresentam perspectivas diversas, histórias e sentimentos de pessoas que vivem uma realidade distante da nossa. Com isso, eles têm o poder de não só nos apresentar as narrativas insurgentes, mas de nos conectar a elas, fazer com que seja algo que nos afete. Por tal motivo, os livros eram proibidos no mundo inventado por Bradbury, como é possível perceber no seguinte trecho, em que uma autoridade dos bombeiros se refere à população em geral: “Não as coloque em terreno movediço, como filosofia ou sociologia, com que comparar suas experiências” (Bradbury, 2012, p. 84). Tal potencial da literatura que era evitado, a capacidade de nos dar algo em que pensar, algo que desperte, que nos faça comparar nossa existência com a de pessoas que possuem necessidades diferentes das nossas.

Entretanto, há no livro as minorias que se recusam a aceitar tal realidade sem refletir, sendo a personagem Clarisse parte desse grupo e quando o bombeiro Montag entra em contato com ela e essa nova maneira de ver o mundo, ele começa a questionar seus próprios referenciais. Montag, até esse ponto da história, não costumava fazer tais reflexões, esse personagem estava habituado a seguir comandos sem questionar ou refletir sobre os critérios formadores de juízo de valor, o que, de modo geral, era algo encorajado na sociedade em que se desenvolve a trama.

No entanto, a partir do momento que o bombeiro entra em contato com uma perspectiva diferente da sua, através de Clarisse, e sente cada vez mais interesse pelo que os livros que queimava têm a dizer, ele passa a contestar o que considerava normal em sua vida e um trecho da narrativa que marca a mudança de atitude definitiva de Montag em relação a queima de livros é quando ele fala para a esposa: “Deixar você em paz! Tudo bem, mas como eu posso ficar em paz? Não precisamos que nos deixem em paz. Precisamos realmente ser incomodados de vez em quando. Quanto tempo faz que você não é realmente incomodada? Por alguma coisa importante, por alguma coisa real?” (Bradbury, 2012, p. 74).

Montag estava exausto da satisfação ilusória criada na sociedade sem livros e a partir do momento que ele começa a se interessar mais sobre eles e sobre o motivo de serem considerados tão abomináveis no lugar em que vive, a angústia em relação ao modo de vida da maioria, incluindo o de sua esposa, passa a ser crescente. As pessoas se contentavam em não

serem incomodadas, em manter uma diversão vazia sem pensar muito sobre isso, mas para Montag viver sem ter acesso à outra versão dos fatos, sem saber das motivações de seus atos e das ordens que recebia já não era suficiente. Mostra-se, assim, o poder da boa literatura: emocionar, desconcertar e intrigar. Um poder capaz de provocar uma ação, de gerar mudanças práticas a partir do desejo despertado de saber mais.

Martha Nussbaum, em sua obra *Justicia poética: la imaginación literaria y la vida pública*, reconhece tal poder, afirmando que a literatura “[...] não é um mero ornamento, que tem o potencial de dar uma contribuição clara para a nossa vida pública.” (Nussbaum, 1997, p. 26, tradução nossa). Essa contribuição se dá por meio da imaginação literária, que seria a capacidade dos livros de nos fazer imaginar vidas diferentes das nossas e nos colocar no lugar delas. A autora resume esse entendimento no trecho: “[...] atribuímos grande valor prático e público à capacidade de imaginar as maneiras específicas pelas quais outras pessoas, além de nós, lidam com suas desvantagens” (Nussbaum, 1997, p. 18, tradução nossa).

Mais que nos apresentar demandas diversas, a literatura pode nos sensibilizar, nos conectar às diferentes narrativas existentes na sociedade. A partir dessa conexão, torna-se mais fácil nos importar de forma verdadeira com o outro e a tarefa de ouvir o ponto de vista oposto em um debate pode ser mais simples. Logo, seria possível evitar o que se observa atualmente nas deliberações públicas de nossa sociedade, em que pontos de vista que não são semelhantes aos próprios são atacados como mentiras no lugar de serem discutidos com uma argumentação, construindo um consenso coletivamente.

Essa dificuldade em lidar com o que é diferente é também apontada pela autora ao afirmar que “Com frequência na vida política de hoje, nos sentimos incapazes de ver os outros como totalmente humanos, como algo mais do que ‘sonhos ou pequenos pontos’” (Nussbaum, 1997, p. 15, tradução nossa). Isso acontece pois todos possuímos preconceitos e tendemos a rejeitar aquilo que não conhecemos ou consideramos diferente do que acreditamos. Por isso, Nussbaum defende que a literatura é parte essencial da educação necessária para desenvolver uma racionalidade pública, pois além de contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico, a autora defende que a imaginação literária é “[...] um ingrediente essencial em uma postura ética que nos incita a nos preocupar com o bem-estar das pessoas cujas vidas estão tão distantes da nossa” (Nussbaum, 1997, p. 18, tradução nossa).

Sendo assim, a partir da análise de *Fahrenheit 451* é possível notar como uma sociedade sem livros e sem narrativas insurgentes é mais insensível, menos disposta a ouvir o diferente, menos plural, e sem pluralidade de ideias não há debate público. Portanto, a obra de Bradbury nos mostra como uma decisão majoritária não é necessariamente democrática, pois a democracia deve se preocupar em como alcançar o consenso em meio às diferenças, e não em eliminar as diferenças.

3. CRISE DA DEMOCRACIA ATENIENSE E GUERRA DO PELOPONESO

Além da ficção, é possível buscar na história acontecimentos que mostram como a falta de critérios adequados para definir uma escolha democrática não é apenas presente. Trata-se do exemplo da sociedade ateniense que sob o comando estratégico de Péricles, durante a Guerra do Peloponeso, conflito entre Esparta e Atenas que aconteceu entre 431 a.C. e 404 a.C., sofreu com uma série de decisões equivocadas aprovadas pelo modelo de democracia da época. Tal momento histórico possui um outro paralelo interessante com a atualidade, que é o enfrentamento de uma epidemia.

Após a derrota de Atenas em tal conflito, o modelo de democracia direto adotado na época, sistema dinâmico em que a maioria dos cidadãos poderia participar do processo decisório, entrou em crise. Filósofos como Platão apontam uma relação entre a derrota ateniense e seu modelo democrático, de modo que na Guerra a fragilidade do modelo democrático ateniense se evidenciou, mostrando como em momentos de crise a existência de critérios claros para tomada de decisão é essencial para manutenção da sociedade.

Como exemplo de como certas decisões podem levar à intensificação de efeitos danosos à sociedade analisa-se o modo como os atenienses lidaram com a questão da epidemia. A peste de Atenas aconteceu no início da Guerra do Peloponeso e, posteriormente, houve a decisão de trazer os moradores do campo para a cidade e fechar os muros. Mesmo se provando um erro, houve a persistência em tal decisão como é possível perceber no trecho do texto de Tucídides: “Péricles, sendo o comandante, ainda mantinha a mesma política da época da primeira invasão, insistindo em que os atenienses não deveriam sair para dar combate ao inimigo.” (Tucídides, 2001, p. 119). Com tal decisão a epidemia matou boa parte da população, inclusive soldados.

Somando-se a isso, a ausência de um discurso único em relação às decisões sobre a Guerra e o governo, levaram ao desperdício de oportunidades viáveis de ataque a Esparta em momentos vulneráveis. Sendo assim, percebe-se como tanto a ficção de Bradbury quanto a realidade podem nos fornecer exemplos de como as democracias precisam ser protegidas de ideias errôneas que acabam se espalhando pela opinião pública, e tal proteção pode ser fornecida a partir de critérios bem estabelecidos sobre o processo de deliberação pública.

Afinal, viver em uma democracia pode significar a necessidade de sacrificar certos pensamentos individuais em prol do que foi decidido coletivamente, como é possível perceber no trecho do discurso de Péricles relatado por Tucídides: “É vosso dever, portanto, sobrepor-vos aos vossos sofrimentos individuais e dedicar-vos a salvação coletiva” (Tucídides, 2001, p. 122). Porém, para que tal renúncia seja justa, é preciso haver um equilíbrio de poderes e um processo de tomada de decisão que leve em consideração todas as vozes, ou seja, é preciso haver um processo democrático que siga critérios protetivos de escolhas potencialmente prejudiciais à sociedade, como foi o caso das decisões malsucedidas de Atenas que levaram ao fim de seu modelo democrático.

Um outro paralelo possível de se estabelecer com *Fahrenheit 451* é a questão do modo que se enfrenta um momento de crise. É em um momento de crise que Montag questiona os fundamentos de seus valores e são em momentos desse tipo que historicamente houve maior produção de filosofia. A filosofia grega floresce em um momento de declínio e é com a crise da Grécia no fim da Antiguidade clássica que a filosofia surge como uma tentativa de usar a razão como critério para decidir o melhor valor a adotar, acreditando-se na capacidade da razão para escolher fins.

Nesse contexto, Platão concluiu que um fator que contribuiu para a derrota de Atenas na guerra foi justamente seu modelo de democracia que não permitia diferenciar a mera opinião de um argumento racional. Como aponta Kendra Corrêa Barão, o filósofo “acreditava que o povo não estava convenientemente preparado pela educação para escolher os melhores a chegar no governo e os mais sábios métodos de governar.” (Barão, 2005, p. 121). Ou seja, a saída encontrada para superar os problemas evidenciados em uma crise foi o uso da razão e sabedoria para orientar as escolhas coletivas.

É em momentos de crise, como foi o vivenciado em Atenas pela guerra e a epidemia, que a diferenciação entre mera opinião e conhecimento fundamentado se torna ainda mais

difícil de ser feita, como se percebe no trecho de Tucídides “Médicos e leigos, cada um de acordo com sua opinião pessoal, todos falavam sobre sua origem provável e apontavam causas que, segundo pensavam, teriam podido produzir um desvio tão grande nas condições normais de vida;” (Tucídides, 2001, p. 115).

Desse modo, a partir dos escritos de Tucídides, é notório que os atenienses percebem como as leis e a maneira que se conduzia as escolhas públicas não eram adequadas para garantir a sobrevivência da sociedade, levando a um cenário de anarquia total. Essa ideia é transmitida nos seguintes trechos: “[...] pois a desgraça que os atingia era tão avassaladora que as pessoas, não sabendo o que as esperava, tornavam-se indiferentes a todas as leis, quer sagradas, quer profanas.” (Tucídides, 2001, p. 118) e “Todos resolveram gozar o mais depressa possível todos os prazeres que a existência ainda pudesse proporcionar, e assim satisfaziam os seus caprichos, vendo que suas vidas e riquezas eram efêmeras.” (Tucídides, 2001, p. 118).

Então, apesar da adoção de um modelo de governo com bastante participação dos cidadãos, isso não foi suficiente para o sucesso daquela sociedade. O exemplo de Atenas nos mostra que sem meios confiáveis de se alcançar uma decisão que afetará a todos, dificilmente um governo sobreviverá diante de situações de crise.

4. FAKE NEWS E DEMOCRACIA

Após as reflexões despertadas por uma obra ficcional e as observações tiradas de um momento histórico passado, passa-se a analisar as questões relacionadas à democracia no tempo presente. No mundo atual tais reflexões são importantes pois o grande acesso à informação traz a ilusão de estarmos protegidos de enganos, porém ter muitas informações não significa ter critérios adequados para selecioná-las, como o trecho do livro de Bradbury nos alerta:

Encha as pessoas com dados incombustíveis, entupa-as tanto com “fatos” que elas se sintam empanzinadas, mas absolutamente “brilhantes” quanto a informações. Assim, elas imaginarão que estão pensando, terão uma sensação de movimento sem sair do lugar. E ficarão felizes, porque fatos dessa ordem não mudam. (Bradbury, 2012, p. 84)

Sendo assim, o excesso de informações, tanto verdadeiras como falsas, cria um cenário em que as pessoas acreditam estar cada vez mais bem informadas e preparadas para defender seus pontos de vista. Porém, é necessário observar qual tipo de informação é acessada com mais

frequência e se algum pensamento crítico é elaborado a partir disso, pois caso isso não aconteça, apenas recebemos tudo passivamente sem nada contribuir, de forma efetiva, para as deliberações públicas.

Infelizmente, na atualidade, uma grande parte das informações é disseminada com o objetivo de induzir ao erro, e mesmo quando isso não acontece, o acesso a apenas um lado do debate, de informações oriundas da bolha ao qual já estamos inseridos, apenas reforça opiniões preexistentes, sem acrescentar novos conhecimentos. Por isso, temos a sensação de movimento, à medida que acreditamos estar cada vez mais bem informados, mas, na realidade, não saímos do lugar no qual nos encontramos. E esse fenômeno é prejudicial à democracia, pois afeta debates públicos referentes a questões importantes para a sociedade.

Na obra *Post-truth, fake news and democracy: mapping the politics of falsehood*, escrita em 2020 por Johan Farkas e Jannick Schou, investiga-se o fenômeno das *fake news* e os efeitos da desinformação. Os autores posicionam-se contra o discurso cada vez mais comum na atualidade de que precisamos vencer o grande mal das *fake news*, combatendo informações falsas com verdade e razão para proteger nossas democracias, como é possível notar no trecho:

Democracia, nós queremos argumentar neste livro [...] não se trata apenas de fatos, razão e evidências. Nunca foi. A democracia e a política tratam, em vez disso, das trocas entrelaçadas entre o indivíduo e o povo, bem como das ideias políticas concorrentes sobre como a sociedade deve ser estruturada que surgem dessa interação. (Farkas e Schou, 2020, p. 7, tradução nossa)

Sendo assim, quando se evidencia apenas os critérios da sabedoria, verdade e razão sobre todas as coisas, outros vilões da democracia acabam sendo ignorados. Como o trecho destacado mostra, escolhas democráticas são aquelas que partem de ideias concorrentes, ou seja, são construídas em meio a um debate público, em que cada indivíduo é capaz de expressar suas demandas e visões. Ao se buscar respostas inteligentes e racionais ou unicamente a verdade dos fatos, muitas vezes acabam sendo silenciadas ou ignoradas nas deliberações públicas por não serem consideradas adequadas ao padrão estabelecido.

Logo, como exposto anteriormente, a maneira que a sociedade vem lidando com o excesso de informações, com as *fake news* e com o fenômeno da desinformação é um fator prejudicial à democracia, porém, é preciso estar atento à maneira que se busca superar essas questões. De acordo com Farkas e Schou, o modo de solucionar tais questões mais comum

atualmente, através da valorização da racionalidade e veracidade, não seria o mais adequado, como é possível observar no trecho:

Na nossa visão, reduzir o momento político atual a uma crise de veracidade é em si um ato profundamente político que serve para obscurecer todo um conjunto de importantes questões democráticas que poderiam ser discutidas – que precisam ser discutidas. Isso inclui questões sobre como as democracias deveriam funcionar, em que tipo de sociedade queremos viver, quem detém o poder sobre quais recursos, que tipos de corpos possuem permissão de falar e quem são reconhecidos como iguais e tratados como vidas dignas de serem vividas. (Farkas e Schou, 2020, p. 10 e 11, tradução nossa)

Além disso, como os autores destacaram, uma escolha democrática não é somente sobre fatos e evidências. Isso se demonstra com a constatação de que é evidentemente mais rápido e simples resolver uma questão restringindo as possibilidades de escolha. Esse foi o caminho seguido na sociedade de *Fahrenheit 451*, onde a população, aparentemente, aceitava a queima de livros para levar uma vida mais satisfatória, sem se preocupar com as inquietações despertadas pela literatura. Afinal, é realmente mais trabalhoso atender às diferenças, é mais fácil apagá-las e mais rápido queimá-las.

Porém, mesmo sendo esse um caminho racionalmente mais simples, não é democrático silenciar vozes. Na busca implacável por uma resposta verdadeira e correta as narrativas insurgentes acabam sendo ignoradas, e estabelecer um diálogo no qual perspectivas diversas são consideradas e ouvidas é essencial para sobrevivência da democracia.

Como o exemplo da decadência do modelo democrático ateniense nos mostrou, não é possível simplesmente deduzir coletivamente a decisão mais racional e chamar isso de política. É necessário haver critérios bem estabelecidos que orientem as deliberações públicas, para que, principalmente em momentos de crise, haja uma direção determinada a se seguir. Mais que isso, é preciso ter em mente que a decisão certa ou o consenso racional não existem, o que Farkas e Schou nos apresentam é que o viável são construções temporárias, uma busca de equilíbrio de poder diante de projetos políticos que se opõem e verdades que são historicamente produzidas por lutas sociais.

Portanto, mais que a verdade, a razão ou alguém inteligente fazendo escolhas, uma democracia deveria buscar como critérios norteadores das decisões coletivas a habilidade de excluir o menos possível ao dar voz a diferentes projetos e grupos políticos. E, dessa maneira,

o objetivo das escolhas democráticas seria alcançar um equilíbrio na sociedade dentre as diferentes perspectivas e necessidades existentes.

5. CONCLUSÃO

Considerando a derrota de Atenas na guerra do Peloponeso e as distorções de valores no mundo de *Fahrenheit 451* é possível perceber que nem toda decisão majoritária é necessariamente fruto de escolhas livres e resultará em algo positivo. Conclui-se, assim, como é importante cada indivíduo refletir sobre as motivações das próprias escolhas e não simplesmente seguir o que é aceito pela maioria, pois cada voz dissonante é essencial para construção de uma decisão democrática.

Além disso, toda sociedade democrática precisa de critérios que norteiem a maneira que as decisões coletivas são tomadas. Porém, tais critérios devem estabelecer um governo do povo e não um governo da razão. Assim, fatores como a liberdade de expressão, a igualdade de acesso ao debate público e o nível de participação na construção das decisões não devem ser ignorados em meio à busca implacável da verdade e da razão.

Nesse sentido, a literatura apresenta-se como ferramenta essencial para uma sociedade mais plural e democrática, pois além de nos apresentar realidades diversas e possuir o poder de nos emocionar com elas, é também capaz de despertar diálogos. Como exemplo disso, pode-se citar o fato de que através das reflexões oriundas da leitura sobre os problemas de uma sociedade sem livros e todas as consequências disso que o presente artigo foi desenvolvido, ou seja, um livro de ficção possibilita novas pesquisas, novas ideias e pode gerar ações inovadoras a partir disso.

Em suma, seguindo a ideia de Martha Nussbaum: “[...] a leitura de romances não nos dirá tudo sobre justiça social, mas pode ser uma ponte para uma visão de justiça e para a realização social dessa visão.” (Nussbaum, 1997, p. 38, tradução nossa). Isso significa que o contato com a literatura pode nos ajudar na produção de deliberações mais equilibradas, à medida que não nos encontraremos totalmente isolados em nosso ponto de vista, e, assim, gerar decisões públicas que sejam mais justas e válidas democraticamente, não por terem sido racionais ou sábias, mas por terem considerado as diferentes visões e demandas sociais em sua elaboração.

REFERÊNCIAS

BARÃO, Kendra Corrêa; SILVA, Edson Barbosa. Direito natural e positivo: Sofistas, Platão e Aristóteles. *Iniciação Científica Cesumar*, v. 7, n. 2, p. 111–126, jul.– dez. 2005.

BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451*. São Paulo: Globo, 2012. 215p.

FARKAS, Johan; SCHOU, Jannick. *Post-Truth, Fake News and Democracy: Mapping the Politics of Falsehood*. Nova York e Londres: Routledge, 2020. 166p.

NUSSBAUM, Martha C. *Justicia poética: la imaginación literaria y la vida pública*. Tradução GARDINI, Carlos. Barcelona: Andrés Bello, 1997. 183p.

PORTO, Maria Veralúcia Pessoa. Platão: amor ou condenação à democracia ateniense? *Revista Archai*, n. 4, p. 121–129, jan. 2010.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001. 584p.